



unesco

**Contrata
Consultor
na modalidade
Consultor Individual**

PROJETO 914BRZ1149 EDITAL Nº 08/2025

1. Perfil: Jurídico com pós-graduação em Direito ou Gestão pública

2. Nº de vagas: 05 (cinco)

3. Qualificação educacional: Obrigatório Diploma, devidamente registrado, de graduação em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e pós-graduação em Direito ou Gestão Pública

4. Experiência profissional: Obrigatória: Possuir experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos, sendo: mínima de 02 (dois) anos em assessoramento jurídico ou gestão administrativa; mínima de 02 (dois) anos em acompanhamento e/ou gestão de processos. Desejável: Mestrado ou Doutorado em Direito ou Gestão Pública. Adequação ao perfil exigido e domínio das atividades previstas no edital, desenvoltura na articulação de temas e experiências relatadas relacionadas ao objeto da contratação, capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.

5. Atividades comuns a todos os consultores: Participação em reunião de alinhamento com a equipe da CGPTE. Consulta a estudos, publicações, legislações nacionais e internacionais sobre transporte escolar. Levantamento de dados em portais oficiais de governos estrangeiros, organismos multilaterais (UNESCO, OCDE, CEPAL) e bases jurídicas especializadas. Aplicação de critérios definidos para análise comparativa entre os marcos legais internacionais e a legislação brasileira. Elaboração dos produtos com linguagem clara, fundamentação técnica e adequação ao público-alvo da CGPTE. Revisão dos documentos produzidos, com foco em coerência metodológica, consistência dos argumentos e clareza na apresentação. Acompanhamento do cronograma de trabalho, com atualização das etapas executadas e controle de prazos. Comunicação contínua com a equipe da CGPTE para alinhamentos, esclarecimentos e validação parcial das entregas.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1 (África do Sul): Documento técnico A - Documento contendo a descrição detalhada da metodologia que será utilizada ao longo da consultoria, incluindo o cronograma de execução, as principais fontes de informação e dados, os parâmetros que orientarão a análise comparativa, bem como os marcos teóricos e legais que servirão de base para o estudo. **Documento técnico B.** Documento técnico apresentando o levantamento e a sistematização das legislações, normas, diretrizes e regulamentações relacionadas ao transporte escolar com a organização clara das informações sobre o país selecionado. **Documento técnico C** Documento técnico com a análise comparativa entre os marcos legais internacionais e a legislação brasileira sobre transporte escolar. O estudo deve identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e possibilidades de melhoria. O conteúdo incluirá quadros comparativos, análise crítica e contextualização das diferenças entre os sistemas jurídicos analisados. **Documento técnico D-** Documento técnico-sintético com recomendações objetivas e fundamentadas à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar, propondo atualizações normativas, ajustes regulatórios ou novas diretrizes com base nas evidências coletadas na análise do país estudado. **Consultor 2:(Canadá) Documento técnico A** - Documento contendo a descrição detalhada da metodologia que será utilizada ao longo da consultoria, incluindo o cronograma de execução, as principais fontes de informação e dados, os parâmetros que orientarão a análise comparativa, bem como os marcos teóricos e legais que servirão de base para o estudo. **Documento técnico B.** Documento técnico apresentando o levantamento e a sistematização das legislações, normas, diretrizes e regulamentações relacionadas ao transporte escolar com a organização clara das informações sobre o país selecionado. **Documento técnico C** Documento técnico com a análise comparativa entre os marcos legais internacionais e a legislação brasileira sobre transporte escolar. O estudo deve identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e

possibilidades de melhoria. O conteúdo incluirá quadros comparativos, análise crítica e contextualização das diferenças entre os sistemas jurídicos analisados. **Documento técnico D** - Documento técnico-sintético com recomendações objetivas e fundamentadas à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar, propondo atualizações normativas, ajustes regulatórios ou novas diretrizes com base nas evidências coletadas na análise comparativa dos países estudados.

Consultor 3: (Emirados Árabes Unidos) Documento técnico A - Documento contendo a descrição detalhada da metodologia que será utilizada ao longo da consultoria, incluindo o cronograma de execução, as principais fontes de informação e dados, os parâmetros que orientarão a análise comparativa, bem como os marcos teóricos e legais que servirão de base para o estudo. **Documento**

técnico B- Documento técnico apresentando o levantamento e a sistematização das legislações, normas, diretrizes e regulamentações relacionadas ao transporte escolar com a organização clara das informações sobre o país selecionado. **Documento técnico C**- Documento técnico com a análise comparativa entre os marcos legais internacionais e a legislação brasileira sobre transporte escolar.

O estudo deve identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e possibilidades de melhoria. O conteúdo incluirá quadros comparativos, análise crítica e contextualização das diferenças entre os sistemas jurídicos analisados. **Documento técnico D** - Documento técnico-sintético com

recomendações objetivas e fundamentadas à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar, propondo atualizações normativas, ajustes regulatórios ou novas diretrizes com base nas evidências coletadas na análise comparativa dos países estudados. **Consultor 4: (Polônia) Documento técnico**

A - Documento contendo a descrição detalhada da metodologia que será utilizada ao longo da consultoria, incluindo o cronograma de execução, as principais fontes de informação e dados, os parâmetros que orientarão a análise comparativa, bem como os marcos teóricos e legais que servirão de base para o estudo. **Documento técnico B**- Documento técnico apresentando o levantamento e a sistematização das legislações, normas, diretrizes e regulamentações relacionadas ao transporte

escolar com a organização clara das informações sobre o país selecionado. **Documento técnico C**

Documento técnico com a análise comparativa entre os marcos legais internacionais e a legislação brasileira sobre transporte escolar. O estudo deve identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e possibilidades de melhoria. O conteúdo incluirá quadros comparativos, análise crítica e contextualização das diferenças entre os sistemas jurídicos analisados. **Documento técnico D** -

Documento técnico-sintético com recomendações objetivas e fundamentadas à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar, propondo atualizações normativas, ajustes regulatórios ou novas diretrizes com base nas evidências coletadas na análise comparativa dos países estudados. **Consultor**

5: (Austrália) Documento técnico A - Documento contendo a descrição detalhada da metodologia que será utilizada ao longo da consultoria, incluindo o cronograma de execução, as principais fontes de informação e dados, os parâmetros que orientarão a análise comparativa, bem como os marcos teóricos e legais que servirão de base para o estudo. **Documento técnico B**- Documento técnico apresentando o levantamento e a sistematização das legislações, normas, diretrizes e regulamentações relacionadas ao transporte escolar com a organização clara das informações sobre o país selecionado. **Documento técnico C** - Documento técnico com a análise comparativa entre os

marcos legais internacionais e a legislação brasileira sobre transporte escolar. O estudo deve identificar pontos de convergência, divergência, lacunas e possibilidades de melhoria. O conteúdo incluirá quadros comparativos, análise crítica e contextualização das diferenças entre os sistemas jurídicos analisados. **Documento técnico D** - Documento técnico-sintético com recomendações

objetivas e fundamentadas à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar, propondo atualizações normativas, ajustes regulatórios ou novas diretrizes com base nas evidências coletadas na análise comparativa dos países estudados.

7. Local de Trabalho: O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

8. Duração do contrato: 06 meses

9.1 Análise curricular:

- a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;
- c) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência
- e) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 50 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

9.2 Entrevista:

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

9.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

9.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos no somatório de pontos nas experiências obrigatórias.
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos no somatório de pontos na experiência desejável.
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos no critério de formação acadêmica.

10. Disposições gerais:

A UNESCO contrata consultores especialistas quando existe uma necessidade temporária, de curto prazo e de caráter não continuado, em conformidade com seu manual de recursos humanos e demais regras e procedimentos administrativos e, em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais e demais direitos sobre os materiais produzidos no âmbito desse trabalho serão transferidos à titularidade do FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia, resguardado o direito de crédito à participação da UNESCO.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 16/06/2025 até o dia 20/06/2025. Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.